



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.176, DE 2012

Altera a Lei Postal para tornar obrigatória a identificação do remetente de pequenas-encomendas e encomendas.

Autor: Deputado Edson Pimenta

Relator: Deputado Sibá Machado

I – RELATÓRIO

O Projeto de lei nº 3.176, de 2012, do nobre Deputado Edson Pimenta, acrescenta três parágrafos ao art. 13 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, com o objetivo de obrigar as empresas exploradoras do serviço postal a identificar o remetente de pequenas encomendas e de encomendas. Com tais acréscimos, passaria a ser obrigatória, na remessa desses produtos postais, que a empresa exploradora do serviço postal fizesse constar do respectivo protocolo o número do documento de identidade do remetente.

A proposição foi distribuída às comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e à de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, vem regradando com bastante



CÂMARA DOS DEPUTADOS

precisão e eficiência os serviços postais há mais de 34 anos, sem que qualquer alteração fosse a ela feita nesse período. Trata-se, portanto, de um exemplo de como um cuidadoso processo de elaboração de uma peça legislativa pode resultar em uma legislação de extrema qualidade, que resiste ao tempo, apesar da notável evolução experimentada pelos serviços postais, especialmente nos últimos anos.

Por isso, qualquer proposta de alteração desta legislação deve ser analisada com extremo cuidado, de modo a não prejudicar a sua estrutura interna e a garantir a manutenção da elevada qualidade dos serviços ofertados pelas empresas que exploram o serviço postal – em especial a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública que presta serviços essenciais à população. Foi com esse cuidado que analisamos o Projeto de Lei nº 3.176, de 2012, do nobre Deputado Edson Pimenta.

Nesta proposição, há a sugestão de acréscimo dos parágrafos 3º, 4º e 5º ao art. 13 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, com o objetivo de obrigar as empresas exploradoras do serviço postal a identificar o remetente de pequenas encomendas e de encomendas. Com tais acréscimos, passaria a ser obrigatória, na remessa de pequenas encomendas e de encomendas, que a empresa exploradora do serviço postal fizesse constar do respectivo protocolo o número do documento de identidade do remetente.

O autor, na justificação do projeto, enaltece que o comércio de entorpecentes, de armas e de outros produtos, cuja comercialização é proibida no Brasil vem se utilizando dos serviços postais – e em especial dos serviços de entrega de encomendas – em sua logística de distribuição. De fato, trata-se de um fenômeno presente em nossa sociedade, e nos causa grande preocupação saber que um serviço público essencial como o de entregas postais é utilizada para fins escusos.

A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), órgão ligado à ONU e à International Narcotics Control Board tem demonstrado grande preocupação com a crescente utilização de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

serviços postais para o tráfico de substâncias ilícitas. Em relatório recentemente divulgado, a entidade explicita que, em quase todas as regiões do mundo, vem acontecendo um aumento no tráfico de drogas pelo correio. A JIFE ressalta ainda que, além de drogas ilícitas como cocaína, heroína e ecstasy, remédios que contêm substâncias controladas são traficados pelo sistema postal. Dentre as ações que podem ser postas em prática para se controlar o tráfico de drogas por meio dos correios, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes destaca o fortalecimento de legislações nacionais, com a criação de novas regras postais que possam coibir essa prática.

O nobre Deputado Edson Pimenta, portanto, por meio do Projeto de Lei nº 3.176, de 2012, não apenas diagnosticou com precisão um problema existente nos sistemas postais não apenas do Brasil, mas de todo o mundo, como ofereceu uma possível estratégia bastante eficiente para a solução do problema. Ao obrigar as empresas exploradoras do serviço postal a identificar o remetente de pequenas encomendas e de encomendas, será criado um simples e poderoso mecanismo que por certo coibirá a utilização dos serviços de encomendas e pequenas encomendas para o transporte e entrega de produtos ilícitos. Além disso, a proposta gera apenas alterações marginais na bem estruturada Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, não redundando em qualquer ameaça ao espírito da regulação dos serviços postais no Brasil.

Nosso voto, portanto, é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.176, de 2012.

Sala da Comissão, em 12 de julho de 2012

Deputado SIBÁ MACHADO
Relator